

## LEI Nº 3.167/2025

**EMENTA:** Estabelece diretrizes para a Proteção e Atenção integral aos Órfãos do Feminicídio no Município de São Lourenço da Mata, e dá providências correlatas.

O Prefeito de São Lourenço da Mata, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Art. 60, XII, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores do Município aprovou e ele sanciona a seguinte lei.

**Art. 1º** Ficam estabelecidas diretrizes para a instituição da Política Municipal de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio.

§ 1º Para os fins desta Lei, consideram-se órfãos do feminicídio as crianças e adolescentes dependentes de mulheres assassinadas em contexto de violência doméstica e familiar ou de flagrante menosprezo e discriminação à condição de mulher, caracterizando-se como crime de feminicídio, nos termos que dispõem as Leis Federais nº 13.104, de 9 de março de 2015, e nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

§ 2º A atenção multissetorial às crianças e adolescentes órfãos do feminicídio deverá compreender a promoção, entre outros, dos direitos à assistência social, à saúde, à alimentação, à moradia, e à educação.

§ 3º A Política Municipal de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio será orientada pela garantia da proteção integral e prioritária dos direitos das crianças e dos adolescentes, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

**Art. 2º** A Política Municipal de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio assegurará a proteção integral e o direito humano das crianças e dos adolescentes de viver sem violência, preservando sua saúde física e mental, seu pleno desenvolvimento e seus direitos específicos na condição de vítimas ou testemunhas de violência no âmbito de relações domésticas, familiares e sociais, resguardando-os de toda forma de negligência, discriminação, abuso e opressão, na forma que dispõe o art. 2º da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

**Parágrafo único.** Para alcançar o objetivo referido no *caput*, a Política Municipal deve incentivar a intersetorialidade, visando à promoção de atenção e proteção multissetorial, de órfãos do feminicídio e seus responsáveis legais, de modo a integrar os serviços da Rede de Proteção às Mulheres em Situação de Violência e do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 3º** São princípios para a implementação da Política Municipal de Proteção e Atenção Integral aos Órfãos do Feminicídio:

**I** - O fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

- II** - O atendimento especializado e por equipe multidisciplinar, com prioridade absoluta.
- III** - O acolhimento como dever norteador do trabalho dos serviços públicos e conveniados.
- IV** - O atendimento individualizado e humanizado, respeitando a identidade social e cultural da família.
- V** - A vedação às condutas de violência institucional, nos termos do artigo 4º, IV, da Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017.

**Art. 4º** São diretrizes para a instituição da Política Municipal:

- I** - Elaboração de um banco de dados municipal com informações quantitativas e qualitativas sobre órfãos do feminicídio.
- II** - Incentivo à busca ativa pela rede local de apoio.
- III** - Obrigatoriedade de atuação do Conselho Tutelar competente para articular os serviços de proteção ao ser notificado sobre casos de feminicídio.
- IV** - Atendimento, pelo Conselho Tutelar, para encaminhamento de denúncias ao Ministério Público e aplicação de medidas protetivas.
- V** - Atendimento por unidades de referência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), preferencialmente pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), para concessão de benefícios socioassistenciais emergenciais.
- VI** - No caso de órfãos em que os responsáveis não forem contribuintes do INSS, o Poder Executivo Municipal poderá estabelecer benefício específico em lei própria.
- VII** - Realização de escuta especializada de crianças e adolescentes, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2017.
- VIII** - Observância de decisões judiciais relativas à guarda e à perda do poder familiar, conforme a Lei Federal nº 10.406/2002.
- IX** - Atendimento, em grupo terapêutico ou individual, pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- X** - Capacitação e acompanhamento de pessoas que oferecerão lar provisório.
- XI** - Oferecimento de serviços psicológicos e socioassistenciais às famílias.
- XII** - Garantia do direito à educação, priorizando a matrícula de dependentes de mulheres vítimas de feminicídio na instituição educacional mais próxima ao domicílio.
- XIII** - Oferta de capacitação continuada aos servidores da rede de proteção.
- XIV** - Promoção de campanhas permanentes sobre os direitos de familiares de vítimas de feminicídio.




GOVERNO MUNICIPAL  
**SÃO LOURENÇO  
DA MATA**  
CIDADE QUE ACOLHE E AVANÇA

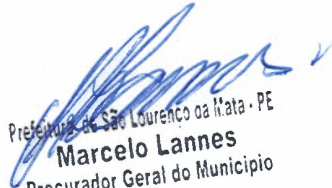
**XV** - Monitoramento da adesão voluntária de familiares aos serviços articulados.

**Art. 5º** O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no prazo de noventa dias após sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço da Mata, 22 de outubro de 2025.

  
**VINÍCIUS LABANCA**  
-Prefeito-

  
Prefeitura de São Lourenço da Mata - PE  
**Marcelo Lannes**  
Procurador Geral do Município